

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S.A.

CNPJ: 02.013.199/0001-18

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						
Nota 31/12/2025 31/12/2024				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
Ativo				Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Retenção de lucros	Distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	6	71.970	74.950							
Contas a receber de clientes	7	54.413	50.409							
Estoques		3.287	3.441							
Despesas antecipadas		1.067	533							
Créditos com partes relacionadas	19	233	162							
Tributos a recuperar		25	26							
Outros ativos		751	1.542							
		131.746	131.063							
Não circulante										
Contas a receber de clientes	7	3.426	-							
Depósitos judiciais		6.311	10.610							
Tributos a recuperar		644	84							
Ativo de direito de uso	8	724	346							
Imobilizado	9	1.648	1.360							
Ativo de contrato	10	95.480	65.803							
Intangível	11	278.966	255.631							
		387.199	333.834							
		518.945	464.897							
Total do ativo		Nota 31/12/2025 31/12/2024								
Passivo										
Circulante										
Fornecedores	12	3.275	3.072							
Passivos de arrendamento	13	335	216							
Debêntures	14	22.341	21.168							
Obrigações tributárias	15	2.910	3.600							
Obrigações trabalhistas		4.332	3.889							
Ônus da concessão		100	93							
Débitos com partes relacionadas	19	1.564	1.478							
Obrigações com acionistas	19	62.744	21.536							
ICMS a devolver a clientes	17	3.041	3.039							
Outras obrigações	20	818	1.197							
		101.460	59.288							
Não circulante										
Passivos de arrendamento	13	450	161							
Debêntures	14	274.172	279.865							
Tributos diferidos	16	14.538	9.400							
Provisões para contingências	18	1.484	2.252							
		290.644	291.678							
Patrimônio líquido	21									
Capital social		44.700	44.700							
Reservas de lucros		44.700	44.700							
Dividendos adicionais propostos		37.441	24.531							
		126.841	113.931							
Total do passivo e patrimônio líquido		518.945	464.897							
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.										
Demonstrações dos resultados				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
Nota 31/12/2025 31/12/2024				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
Receita líquida	22	295.896	253.522							
Custo dos serviços prestados	23	(138.277)	(119.524)							
Lucro bruto		157.619	133.998							
Recargas (despesas) operacionais										
Despesas gerais e administrativas	24	(65.978)	(57.723)							
Outras receitas operacionais		3.383	672							
		(62.595)	(57.051)							
Resultado operacional antes do resultado		95.024	76.947							
Resultado financeiro										
Receitas financeiras	25	14.108	13.691							
Despesas financeiras	25	(18.964)	(21.855)							
		(4.856)	(8.164)							
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		90.168	68.783							
Imposto de renda e contribuição social-corrente	16b	(24.144)	(15.150)							
Imposto de renda e contribuição social-diferido	16b	(5.138)	(4.561)							
Lucro líquido do exercício		60.886	49.072							
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.										
Demonstrações dos resultados abrangentes				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						
Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
31/12/2025 31/12/2024				31/12/2025 31/12/2024						
Lucro líquido do exercício		60.886	49.072							
Outros resultados abrangentes		-	-							
Total do resultado abrangente do exercício		60.886	49.072							
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.										
Demonstrações dos fluxos de caixa				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
31/12/2025 31/12/2024				31/12/2025 31/12/2024						
Fluxo de caixa das atividades operacionais										
Lucro do exercício antes dos tributos sobre o lucro		90.168	68.783							
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:										
Depreciação e amortização		15.429	14.228							
Juros sobre empréstimos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos		117	969							
Juros sobre debêntures e amortização dos custos de transação sobre debêntures		17.992	19.554							
Ganho com operações de swap		-	(120)							
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		-	8							
Atualização monetária das contingências		(432)	24							
Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber		6.419	7.313							
Reversões de contingências		(336)	(132)							
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível		4	(59)							
Perda com derivativos		-	115							
Variações no ativo e passivo										
Contas a receber de clientes		(13.849)	(9.886)							
Estoques		154	(2.503)							
Depósitos judiciais		(4.299)	(1.248)							
Tributos a recuperar		(1.975)	(1.605)							
Despesas antecipadas		(534)	(39)							
Outros ativos		791	(1.345)							
Partes relacionadas, líquida		15	366							
Fornecedores		161	(594)							
Ônus da concessão		7	3							
Obrigações tributárias		53	(692)							
Obrigações trabalhistas		443	301							
ICMS a devolver-clientes		2	-							
Outras obrigações		(379)	(1.126)							
		118.549	92.315							
		(23.471)	(13.492)							
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(1.063)							
Pagamento dos juros sobre empréstimos e financiamentos		(95)	(59)							
Pagamento dos juros sobre arrendamentos		(18.775)	(18.902)							
Pagamento dos juros sobre debêntures		76.208	58.799							
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais										
Fluxo de caixa das atividades de investimentos										
Adições ao imobilizado		(702)	(346)							
Adições ao ativo de contrato e intangível		(52.742)	(26.481)							
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível		-	59							
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos		(53.444)	(26.768)							
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos										
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(6.768)	(29.392)							
Pagamentos dos empréstimos e financiamentos		-	(14.905)							
Pagamentos dos arrendamentos		(300)	(349)							
Pagamento das debêntures		(18.676)	(11.298)							
Derivativos recebidos		-	102							
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos		(25.744)	(55.842)							
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa		(2.980)	(23.811)							
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		74.950	98.761							
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		71.970	74.950							
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.										
Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						
1. Contexto operacional: A Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rodovia Amaral Peixoto, s/n, km 91, Bananeiras, no Município de Araruama-RJ, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre as Prefeituras dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaíba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá), Silva Jardim, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro-AGENERSA e a Concessionária Águas de Juturnaíba S.A., através do Contrato de Concessão nº 03/96 de 01 de Dezembro de 1997, com prazo de 25 anos, prorrogáveis, a partir da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 15 de janeiro de 1998. Em 30 de junho de 2010 e em 13 de agosto de 2015 houve deliberações da Agência Reguladora para prorrogação de mais 180 e 120 meses, respectivamente, que fez com que o término do contrato passasse para janeiro de 2048. Seu objeto é a gestão dos recursos dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaíba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período de concessão. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para as Prefeituras dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaíba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim. Reforma tributária: Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214/2025 ("Reforma"), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"). O objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços. O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, com elevação gradual até alcançar a alíquota plena em 2033, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma. A Concessionária permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma, incluindo avaliação de impactos futuros em sua operação e créditos tributários. Adicionalmente, a Concessionária está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1) na preparação										

das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 20 de março de 2026, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária. 3. Políticas contábeis materiais: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. 3.2. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. 3.3. Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática 5 anos
Veículos 5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros 25 anos
Máquinas e equipamentos 10 anos
Móveis e utensílios 10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vínculo com as concessões de serviços públicos. 3.4. Ativo de contrato: Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. 3.5. Intangível: a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. 3.6. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAIBA S.A.

CNPJ: 02.013.199/0001-18

Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	133	43	c) <u>Reserva para investimentos</u> : Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. d) <u>Dividendos e juros sobre capital próprio</u> : Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Além dos dividendos mínimos obrigatórios, a Concessionária destinou R\$ 10.041 do lucro do exercício para dividendos extraordinários, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2025. e) <u>Reserva para retenção de lucros</u> : Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.	25. Resultado financeiro Receitas financeiras Rendimentos com aplicações financeiras PIS e COFINS sobre receitas financeiras Juros e multas vinculadas à operação Variação monetária sobre outros ativos Ganhos com operações de swap Ganhos com derivativos Outras receitas financeiras Despesas financeiras Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures Juros sobre arrendamentos Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos Atualização monetária das contingências Tributos sobre operações financeiras Descontos concedidos Perdas com operações de swap Perdas com derivativos Outras despesas financeiras Resultado financeiro 26. Seguros : O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:
Synval Filgueiras de Moraes Junior	1.051	339		
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	1.401	453		
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll	1.051	339		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	56.803	18.349		
	62.744	20.268		
Juros sobre capital próprio a pagar				
M&G Consultoria e Participações Ltda.	-	4		
ERG Participações Ltda.	-	27		
Credicom–Comercial Informática e Serviços Ltda.	-	16		
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	3		
Synval Filgueiras de Moraes Junior	-	21		
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	-	28		
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll	-	21		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	-	1.148		
	-	1.268		
Débitos com partes relacionadas (a)				
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	1.564	1.478		
	1.564	1.478		
Total do passivo circulante	64.308	23.014		
	31/12/2025	31/12/2024		
Resultado com partes relacionadas				
Despesas				
Contrato de gestão– <i>Management Fee</i> (a)				
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(11.816)	(10.656)		
(a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (<i>Management Fee</i>) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. 20. <u>Outras obrigações</u> : Abaixo apresentamos a composições dos saldos relativos a outras obrigações:				
	31/12/2025	31/12/2024		
Retenção contratual	381	808		
Adiantamento de clientes	246	246		
Outros	191	143		
	818	1.197		
21. Patrimônio líquido : a) <u>Capital social</u> : O capital social realizado no montante de R\$44.700 em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está representado por 5.699.850 (cinco mil, seiscentas e noventa e nove e oitocentos e cinquenta) ações nominativas, sem valor nominal. Dentre essas ações, 1.899.950 (um mil, oitocentos e noventa e nove e novecentos e cinquenta) são ordinárias (“ON”) e 3.799.900 (três mil, setecentos e noventa e nove e novecentas) são preferenciais (“PN”), conforme apresentado abaixo:				
	ON	PN	Total	%
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	1.775.869	3.384.340	5.160.209	90,5324%
Synval Filgueiras de Moraes Junior	31.811	63.622	95.433	1,6743%
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	42.415	84.828	127.243	2,2324%
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll	31.811	63.622	95.433	1,6743%
Credicom–Comercial Informática e Serviços Ltda.	5.742	64.751	70.493	1,2368%
ERG Participações Ltda.	9.846	111.036	120.882	2,1208%
Acionistas minoritários	2.456	27.701	30.157	0,5291%
	1.899.950	3.799.900	5.699.850	100%
b) <u>Reserva legal</u> : Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.				

	31/12/2025	31/12/2024		
Lucro líquido	60.886	49.072		
Constituição da reserva legal–5% (i)	-	-		
Base de cálculo dos dividendos	60.886	49.072		
Dividendos mínimos obrigatórios–25%	15.222	12.268		
Dividendos extraordinários	10.041	-		
	25.263	12.268		
(i) A reserva legal não foi constituída em 2025 pelo fato de ter atingido o limite de 20% do capital social. e) <u>Reserva para retenção de lucros</u> : Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.				
22. Receita líquida Receita de prestação de serviços Receita de construção Cancelamentos Deduções da receita bruta PIS e COFINS sobre serviços prestados Descontos concedidos 23. Custos dos serviços prestados Taxas de recursos hídricos e ambientais Ônus da concessão Energia elétrica Custo de construção Materiais aplicados nos serviços Salários e benefícios a empregados Utilização de imóveis e telefonia Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos Serviços de terceiros Depreciações e amortizações Outros custos 24. Despesas gerais e administrativas Salários e benefícios a empregados Utilização de imóveis e telefonia Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos Serviços de terceiros Despesas com contencioso Impostos, encargos, taxas e contribuições Depreciações e amortizações Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber Reversões de contingências Despesas com informática Outras despesas				
	31/12/2025	31/12/2024		
Receita de prestação de serviços	271.330	235.734		
Receita de construção	60.193	44.188		
Cancelamentos	(8.803)	(3.638)		
	322.720	276.284		
	(24.563)	(21.509)		
	(2.261)	(1.253)		
	295.896	253.522		
	31/12/2025	31/12/2024		
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(476)	(1.053)		
Ônus da concessão	(1.130)	(1.004)		
Energia elétrica	(21.701)	(20.331)		
Custo de construção	(60.193)	(44.188)		
Materiais aplicados nos serviços	(7.915)	(7.742)		
Salários e benefícios a empregados	(21.392)	(19.981)		
Utilização de imóveis e telefonia	(15)	(19)		
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(4.480)	(5.107)		
Serviços de terceiros	(7.104)	(7.060)		
Depreciações e amortizações	(13.671)	(12.626)		
Outros custos	(200)	(413)		
	(138.277)	(119.524)		
	31/12/2025	31/12/2024		
Salários e benefícios a empregados	(21.977)	(19.589)		
Utilização de imóveis e telefonia	(576)	(618)		
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.526)	(1.534)		
Serviços de terceiros	(21.528)	(20.281)		
Despesas com contencioso	8.698	(1.170)		
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(420)	(363)		
Depreciações e amortizações	(480)	(408)		
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber	(6.419)	(7.313)		
Reversões de contingências	336	132		
Despesas com informática	(2.251)	(2.058)		
Outras despesas	(2.439)	(4.521)		
	(65.978)	(57.723)		

Descrição seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Responsabilidade civil administradores–D&O	27/10/2025 a 27/10/2026	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2026 a 17/01/2027	19.500
Riscos operacionais	17/01/2026 a 17/01/2027	75.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil	31/12/2025 a 31/12/2026	182.740
Riscos ambientais	22/12/2025 a 22/12/2026	5.000
Garantia de concessão	01/12/2025 a 01/12/2026	170.877
Seguro de veículos	17/10/2025 a 17/10/2026	200
27. <u>Transações que não envolvem caixa</u> : Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:		
	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamentos	728	83
Juros capitalizados	14.939	15.213
Juros sobre o capital próprio	-	1.268
IRRF sobre swap	-	19
Destinação de dividendos	47.976	20.268
28. <u>Eventos subsequentes</u> : <u>Encerramento de discussão judicial sobre ICMS – demanda contratada de energia elétrica</u> : A Concessionária era parte em processo judicial que discutia a incidência de ICMS sobre demanda contratada de energia elétrica, no qual foram realizados depósitos judiciais. Em 23 de fevereiro de 2026, após diligências internas, não houve sucesso na localização da documentação necessária para a quantificação de eventual crédito, circunstância que inviabilizou a instauração das fases de liquidação e cumprimento de sentença, assim como a tentativa de negociação administrativa. Diante disso, a Concessionária formalizou sua desistência de iniciar a liquidação e cumprimento de sentença. Na mesma oportunidade, concordou com o levantamento dos valores depositados judicialmente em favor do Estado, encerrando-se, assim, a discussão judicial. O montante do depósito judicial relacionado ao processo totalizava R\$11.897.		

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026.
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F;
Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O.

Aos acionistas da Concessionária Águas de Juturnaiba S.A. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Águas de Juturnaiba S.A. (“Concessionária”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026.
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F;
Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O.

